



2021 PORTUGAL.EU

**CONCLUSÕES DA REUNIÃO
INFORMAL DOS MINISTROS
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DA UE**

22 de junho, Lisboa

Conclusões da Reunião informal dos Ministros da Administração Pública da UE

sobre uma Administração Pública inovadora, participativa, aberta e transparente, próxima das pessoas

NO CONTEXTO DE:

O Programa do Trio de Presidências, que compromete as três Presidências a dedicar especial atenção à digitalização da administração pública, e a Declaração do Trio de Presidências sobre Igualdade de Género, que vincula as três Presidências para se manterem unidas e agirem em prol da igualdade de género na Europa;

O Programa da Presidência Portuguesa, que visa uma administração pública mais ágil, com uma abordagem centrada no ser humano, mais próxima dos cidadãos e das empresas e capaz de prestar melhores serviços públicos;

A "Declaração de Berlim sobre Sociedade Digital e Governo Digital Baseado em Valores", que destaca o papel pioneiro das administrações públicas para as sociedades europeias na condução de uma transformação digital baseada em valores e na transposição dos direitos sociais e fundamentais europeus que devem liderar a transformação digital do setor público;

A "Declaração de Lisboa - Democracia Digital com Propósito", que evidencia os princípios do modelo centrado no ser humano, inclusivamente nos serviços públicos digitais;

O Mecanismo de Recuperação e Resiliência como instrumento-chave da *Próxima Geração UE*, constituindo-se uma oportunidade para mitigar o impacto da pandemia do coronavírus nas sociedades e nas economias europeias;

A Bússola Digital 2030 apresentada pela Comissão, que traça o caminho europeu para a década digital;

O Plano de Ação para o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, apresentado pela Comissão, que estabelece especificamente as prioridades em relação ao acesso a serviços essenciais, educação,

formação e aprendizagem ao longo da vida, inclusão, bem como à conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar;

A Declaração do Porto e o Compromisso Social do Porto, valorizando o diálogo social e o envolvimento da sociedade civil e dos intervenientes privados na implementação do Modelo Social Europeu;

CONSCIENTES DE QUE:

A crise da Covid-19 não deve abrandar o ritmo de concretização dos nossos objetivos europeus comuns e os esforços de recuperação devem corresponder à nossa visão de uma União Europeia mais verde, mais justa e mais digital.

As Administrações Públicas podem contribuir para impulsionar e reconstruir as sociedades e as economias após esta crise sanitária, sendo uma contribuição eficaz para uma:

Europa Resiliente

As Administrações Públicas têm sido o apoio de novas e muitas vezes rápidas implementações de políticas públicas que foram postas em prática para salvar vidas, assegurar serviços públicos e manter economias em funcionamento, à luz da atual pandemia Covid-19 e da recuperação. Os tempos de emergência que a Europa e o mundo têm vivido desde março de 2020 foram um verdadeiro teste de esforço para os Estados enquanto prestadores de serviços públicos. A fim de continuar a cumprir o seu papel, o setor público adaptou-se rapidamente a formas mais flexíveis de trabalhar para responder à crise sanitária e aos vários confinamentos que os Estados-Membros enfrentaram.

Olhando para o futuro, são necessárias Administrações Públicas fortes e ágeis para levar a bom porto o ambicioso pacote de reformas e investimentos dos Planos de Recuperação e Resiliência dos Estados-Membros, contribuindo para melhorar a confiança dos cidadãos e a transparência das finanças públicas e dos procedimentos de gestão e controlo dos fundos da UE e dos seus beneficiários finais.

Europa Verde

As administrações públicas devem dar o exemplo quando se trata da implementação de objetivos de sustentabilidade e neutralidade climática e tomar todas as medidas possíveis para reduzir a sua própria pegada de carbono. Sendo a estrutura para o desenvolvimento de todos os domínios políticos, as organizações públicas são cruciais para a integração de práticas de pensamento e comportamentos ecológicos e para a conceção e avaliação de políticas públicas, a fim de que a neutralidade climática se torne uma realidade. A mudança de mentalidades é um desafio que todos os Estados-Membros enfrentam ao abordar as alterações climáticas e os objetivos do Pacto Ecológico Europeu. Por conseguinte, a partilha da própria experiência e das boas práticas e conhecimentos pode ser um ponto de partida para a integração destes princípios no ambiente de trabalho diário das administrações públicas, bem como para desenvolver políticas verdes e prestar serviços verdes ou não prejudiciais ao ambiente.

Europa Digital

Infraestruturas e soluções digitais inteligentes e fiáveis são cruciais para a prestação de serviços seguros de elevada qualidade e de fácil utilização para cidadãos e empresas, o que só é possível através de uma administração pública eficiente, inovadora e interoperável. As administrações públicas europeias devem liderar o caminho para garantir que asseguram uma infraestrutura digital segura, que apoia o intercâmbio de dados e a prestação de serviços integrados, tendo ao mesmo tempo um *front office* simples e inclusivo para prestar serviços públicos numa perspetiva centrada no ser humano. Explorar a tecnologia sem deixar ninguém para trás significa promover a inclusão digital no sentido lato - melhorando a acessibilidade, a usabilidade e os serviços digitais assistidos, tendo em conta as necessidades especiais das pessoas, a coesão territorial e a proximidade física, especialmente nas regiões periféricas, rurais e outras regiões potencialmente vulneráveis, ao mesmo tempo que se fornecem soluções alternativas para as pessoas que não podem utilizar os serviços digitais e ajudando-as a desenvolver as competências necessárias para serem mais autossuficientes no futuro.

Europa Social

Os Estados-Membros e as instituições europeias devem prosseguir os seus esforços na promoção da igualdade de oportunidades e da representação equilibrada entre trabalhadores e dirigentes nas administrações públicas nacionais e europeias.

Da crise da Covid-19 surgiram novas políticas relativas a modelos de trabalho híbridos, trabalho à distância e organização dos locais de trabalho. No entanto, as velhas desigualdades permanecem e os desafios da conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar devem ser enfrentados tendo em conta a igualdade de oportunidades para mulheres e homens.

Paralelamente, as administrações públicas da UE devem ser capazes de fornecer serviços integrados, centrados no cidadão e baseados nos direitos, ao mesmo tempo que promovem governos de confiança que baseiam as suas políticas públicas em dados fiáveis e transversais.

Europa Global

Da Europa para outras partes do globo, e vice-versa, a solidariedade foi crucial para combater a pandemia e a ameaça global que ela representou. Além disso, a cooperação internacional foi ainda mais reforçada durante a pandemia do Covid-19 e as administrações públicas conseguiram manter a colaboração, utilizando tecnologias de comunicação e plataformas *online*.

No quadro da crise global que os Estados-Membros da UE enfrentam, a cooperação internacional é um fator-chave para superar com sucesso os vários desafios provocados pelo Covid-19, mas também para melhorar a conceção e implementação de políticas de recuperação e resiliência.

OS MINISTROS RESPONSÁVEIS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ACORDAM NO SEGUINTE:

INVESTIR NAS PESSOAS E DESENVOLVER A GESTÃO - FOMENTAR A COOPERAÇÃO EUROPEIA E CONSTRUIR PONTES PARA A INCLUSÃO, A DIVERSIDADE E NOVOS MODELOS DE TRABALHO NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS DA UE

Na área da mobilidade e intercâmbio

- *Saudar* a proposta de enquadramento geral apresentada por Portugal para um futuro programa de intercâmbio de dirigentes da UE como uma ideia para promover de forma flexível e voluntária o intercâmbio de dirigentes públicos a nível bilateral ou multilateral, entre Estados-Membros e/ou com as instituições da UE. A ideia de um programa de intercâmbio de dirigentes da UE pode complementar regimes bilaterais existentes entre Estados-Membros, destacamentos de Peritos Nacionais para instituições da UE e outros formatos de intercâmbio de curta duração como a recentemente fundada Escola de Verão da EUPAN.
- *Aprender mais sobre* o projeto-piloto a ser acolhido por Portugal em 2022 com base neste quadro. Os Ministros *convidam* as próximas Presidências a dar seguimento a este processo e a estimular a partilha de experiências e boas práticas entre as Administrações Públicas da UE, nomeadamente no contexto das atuais redes EUPAN e DISPA e através da promoção de formação comum para trabalhadores da Administração Pública.
- *Reconhecer* que o destacamento de Peritos Nacionais constitui um valor acrescentado para os Estados-Membros e para as Instituições Europeias.
- *Reconhecer* a importância de promover a aprendizagem de línguas estrangeiras entre os trabalhadores das Administrações Públicas, o que constitui uma condição prévia para um intercâmbio eficaz.
- *Comprometer-se* a valorizar a experiência adquirida pelos trabalhadores da Administração Pública através de destacamentos em outras administrações públicas, incluindo a administração da UE, na sua avaliação e progressão na carreira.

Na área da diversidade e inclusão

- *Sublinhar* a importância de um equilíbrio geográfico abrangente nas políticas de recrutamento das instituições da UE, tal como consagrado no Estatuto dos Funcionários da UE, e a necessidade absoluta de tomar medidas adequadas e de promover as melhores práticas, incluindo a disponibilidade regular e sistemática de dados sobre o equilíbrio geográfico nas instituições da UE para identificar os desafios específicos e medir os progressos, com vista a colmatar as lacunas existentes, numa cooperação mais estreita entre os Estados-Membros, as instituições da UE e outras partes interessadas, mantendo simultaneamente um sistema de seleção baseado no mérito e a transparência dos procedimentos.
- *Realçar* que políticas sólidas e abrangentes de igualdade, diversidade e combate à discriminação devem ser desenvolvidas e implementadas de modo a garantir que o setor público atrai as pessoas e os talentos mais qualificados e com melhor desempenho, derrubando assim barreiras e preconceitos sociais e culturais, e assegurando que a administração pública representa a sociedade plural e diversificada que serve, tanto a nível nacional como europeu.
- *Destacar* a importância de os trabalhadores da Administração Pública liderarem pelo exemplo quando se trata de inclusão no local de trabalho, oferecendo oportunidades e proporcionando condições de trabalho adequadas às pessoas com deficiência.
- *Congratular-se* com as iniciativas já tomadas pelas instituições da UE para reforçar a diversidade e a inclusão no processo de recrutamento, tendo em conta que equipas diversas e inclusivas têm um melhor desempenho.

Na área de novos modelos de organização de trabalho e liderança

- *Aproveitar* o impacto que o Covid-19 teve nas formas de trabalhar na administração pública, continuando a tirar partido das tecnologias de informação, da transformação digital e dos seus impactos e a responder às necessidades e desejos emergentes relacionados com o trabalho remoto e a organização dos locais de trabalho, nomeadamente através do intercâmbio de boas práticas de novos modelos de organização de trabalho e de gestão de equipas híbridas no seio das nossas administrações públicas.
- *Promover* políticas de qualificação e competências para dirigentes e trabalhadores da Administração Pública, de modo a que a administração pública possa estar equipada com

as ferramentas e o *know-how* necessários, em particular no que se refere a competências digitais e de gestão, com o intuito de prestar um serviço de elevada qualidade ao público.

- *Sublinhar* a necessidade de políticas e medidas que promovam a participação das mulheres e o equilíbrio de género nos cargos dirigentes, bem como a relevância da partilha das boas práticas.
- *Destacar que* as políticas de recursos humanos orientadas para o ciclo de vida podem ajudar a promover a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar, bem como combater o desequilíbrio entre as idades no setor público, de modo a que a administração pública permaneça um empregador atrativo para as gerações mais jovens.

*EXPLORAR A TECNOLOGIA E REFORÇAR A PROXIMIDADE E A INTEROPERABILIDADE -
PROMOVER UMA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL SEGURA QUE NÃO DEIXE NINGUÉM PARA
TRÁS*

Na área da Interoperabilidade e Cibersegurança

- *Promover* o trabalho da futura Política Europeia de Interoperabilidade e as suas normas e soluções comuns em prol de uma administração pública transformada digitalmente e interoperável a nível local, nacional e europeu
- *Incentivar* a soberania digital, a confiança e a segurança no seio das administrações públicas da União Europeia, através da proteção de dados, de um ambiente seguro de identidade digital e da governação.
- *Assegurar* que as administrações públicas estão na vanguarda do reforço contínuo da cibersegurança, nomeadamente através de uma cooperação mais estreita entre as administrações públicas para abordar em conjunto o número crescente e a sofisticação dos ciberataques às administrações públicas, investindo simultaneamente na sua autonomia estratégica e protegendo assim os cidadãos e as empresas.
- *Promover* a continuação de uma cooperação regular, em particular no que respeita à emissão de Credenciações de Segurança do Pessoal (CSP), bem como ao tratamento de Informações Confidenciais (ICUE) com base em ferramentas seguras e de fácil utilização.

Na área dos serviços públicos digitais inovadores, transfronteiriços e centrados nos dados

- *Promover* a inovação com vista a serviços integrados e proativos sempre que possível e apropriado, designadamente servindo de piloto ou parceiro de inovação, tanto a nível nacional como transfronteiriço e intersectorial, respondendo às expectativas progressivamente mais elevadas dos cidadãos na era digital e melhorando a experiência global dos cidadãos e das empresas numa abordagem centrada no utilizador.
- *Empenhar-se* na utilização e reutilização dos dados disponíveis, de acordo com princípios éticos e responsáveis, promovendo administrações públicas interoperáveis e transparentes, a integração de auditorias digitais para a gestão e controlo das finanças públicas, a aceleração da inovação e a promoção da produtividade e do crescimento.

Na área da transformação digital pública inclusiva, baseada em valores e centrada no ser humano

- *Estreitar* o fosso digital, prestando serviços de uma forma coerente e conveniente, serviços digitais multicanais e assistidos sempre que necessário, e reforçando a coesão territorial através da promoção de serviços de proximidade.
- *Reconhecer* a importância de uma abordagem à transformação digital que seja centrada no ser humano, siga padrões éticos e garanta a inclusão e o envolvimento de todos os cidadãos e partes interessadas na conceção, utilização e avaliação dos serviços, indo além da experiência dos utentes e centrando-se na participação pública e na democracia digital;
- *Fomentar* a participação a favor de um ecossistema participativo progressivo, amplo e inclusivo como pedra angular para modelos inovadores de governação democrática, melhorando a capacidade do setor público, a confiança das pessoas nas instituições e a legitimidade destas últimas, contribuindo para uma democracia digital plena que enquadre opções livres, informadas, inclusivas e seguras.

CONTINUIDADE

- *Convidar* todos os Estados-Membros, através das redes EUPAN, DISPA e CIO, para apoiarem, promoverem e implementarem os princípios e objetivos das presentes conclusões;
- *Convidar* a Presidência francesa do Conselho da UE para fazer um balanço da implementação das conclusões na primeira metade de 2022.



2021PORTUGAL.EU

ANEXO

Declaração Protocolar da Hungria sobre as Conclusões da Reunião Informal dos Ministros da Administração Pública da UE

A igualdade entre mulheres e homens está consagrada nos tratados da União Europeia como um direito fundamental. A Hungria garante a igualdade entre mulheres e homens no quadro do sistema jurídico nacional húngaro, em conformidade com os instrumentos internacionais de direitos humanos juridicamente vinculativos e no quadro dos valores e princípios fundamentais da União Europeia. Por estas razões, as referências a igualdade de género nas presentes Conclusões serão interpretadas pela Hungria como referindo-se a igualdade entre mulheres e homens, nos termos do artigo 8.º do TFUE.